



O QUE PODERIA TER SIDO: UMA LEITURA DO ROMANCE A SEGUNDA PÁTRIA (2015), DE MIGUEL SANCHES NETO

WHAT COULD HAVE BEEN: A READING OF THE NOVEL A SEGUNDA PÁTRIA (2015), BY MIGUEL SANCHES NETO

André Eduardo Tardivo ¹

Marisa Corrêa Silva ²

Resumo: A literatura se configura como amplo espaço para discussão e representação de modelos da sociedade na qual é produzida, de modo que muito da história pode ser encontrada nos textos literários. Entretanto, podemos questionar o discurso histórico, se entendermos os sujeitos na sua constituição ideológica, de modo que o historiador, inevitavelmente, imprime sua subjetividade no relato que produz. A história oficial brasileira afirma que Vargas, após oscilar entre os Aliados e o Eixo, decretou apoio aos estadunidenses na Segunda Guerra Mundial. O romance *A Segunda Pátria* (2015), propõe imaginar como poderia ter sido uma participação do Brasil caso Getúlio tivesse se aliado aos alemães. A literatura contemporânea vale-se dessas possibilidades para trazer à baila discussões e problematizar verdades tidas como absolutas. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise interpretativa do romance de Sanches Neto, com referência ao que Linda Hutcheon (1991) classificou como “metaficção historiográfica”.

Palavras-chave: Metaficção Historiográfica. Romance Paranaense. Segunda Guerra Mundial. Nazismo.

Abstract: Literature is a wide space for discussion and representation of models of the society in which it is produced, so that much of History can be found in literary texts. However, literary texts can problematize the historical discourse if their subjects are understood in their ideological constitution, for the historian inevitably prints his/her subjectivity in the report (s)he produces. Official Brazilian history affirms that President Getúlio Vargas, after oscillating between the Allies and the Axis, supported Americans and their allies in World War II. The novel *A Segunda Pátria* (2015) imagines what could have been if Vargas had allied with the Germans. Contemporary literature makes use of these possibilities in order to bring up discussions and to interrogate “truths” considered absolute. Therefore, this research aims to present an interpretative analysis of Miguel Sanches Neto’s novel regarding what Linda Hutcheon (1991) classified as “historiographic metafiction”.

Keywords: Historiographic Metafiction. Paranaense Novel. World War II. Nazism.

¹ Doutorando em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7433844444876066>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8552-6380>. E-mail: tardivo.andre@gmail.com

² Doutora em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9920083943675526>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9692-7374>. E-mail: mcsilva5@uem.br



*“Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?/
Será essa, se alguém a escrever,
A verdadeira história da humanidade”.*
(“Pecado original”, Álvaro de Campos)¹

Para começo de conversa...

As discussões acerca do que seria o pós-modernismo não parecem encontrar a mesma solidez, na seara literária, que há em campos como a Arquitetura, de modo que não tencionamos abordar a temática neste trabalho. Assim, ainda que o embasamento teórico utilizado para nossa leitura advenha de Linda Hutcheon (1991), publicação na qual a autora afirma existir o pós-modernismo enquanto expressão cultural da arte e do pensamento pós-moderno, discutiremos unicamente o que a pesquisadora classifica como metaficção historiográfica, um subgênero do romance que cresceu e se impôs no século XX. A definição do subgênero apresentado pela teórica demonstra solidez ao problematizar a relação entre ficção e história.

Segundo Hutcheon (1991, p. 143), “a história e a ficção sempre foram conhecidas como gêneros permeáveis”, de modo que essa volubilidade, em algum momento, levaria ao questionamento dos limites entre a veracidade dos fatos históricos e a fabulação humana. Ademais, tanto a ficção quanto a história “obtem suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva” (HUTCHEON, 1991, p. 141), pressupostos básicos, também, da metaficção historiográfica. Nessa linha de raciocínio, historiadores como Hayden White já apontavam que o que conhecemos por História não é “a verdade” dos fatos históricos. E se a história oficial do Brasil que conhecemos for apenas a visão distorcida dos detentores do poder e do discurso? Ambas, história e literatura canônica, partilharam por muito tempo o objetivo de incutir vetores de desenvolvimento, e concomitantemente, tendiam expressar, pela ótica dominante, a compreensão de mundo. O caráter eminentemente polissêmico do texto literário não se ajustava com facilidade a tal objetivo, de modo que sempre houve hipóteses interpretativas na contramão, mas tais hipóteses pareciam ser relativamente controladas pelo próprio contexto de leitura.

Neste artigo será abordado o romance *A segunda pátria*, de Miguel Sanches Neto, publicado em 2015, enquanto metaficção historiográfica, à medida que o narrador apresenta um passado alternativo para a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que focaliza a narrativa em personagens tradicionalmente marginalizados no discurso historiográfico oficial, como homens negros e mulheres.

A história oficial relata que, durante algum tempo, Getúlio Vargas oscilou entre apoiar os Aliados ou as forças do Eixo, de modo que foi somente em 1942 que o Brasil declarou guerra ao Eixo nazifascista². A narrativa de Sanches Neto se passa no sul do país, entre os anos de 1938 e 1941, com destaque para Blumenau, em Santa Catarina, mas com eventos importantes acontecendo na capital gaúcha. Percebe-se que o autor se valeu da forte presença alemã nos dois estados sulistas para ambientar a história do que poderia ter acontecido, pois, conforme Silva, “foi em Santa Catarina que o Governo brasileiro teve de enfrentar maiores dificuldades na sua campanha de nacionalização, pois, em muitas localidades não se falava, absolutamente, o português” (2004, p. 37). Na narrativa, o presidente-ditador Vargas assina um acordo com Hitler, que visita Porto Alegre. Tal atitude projeta internacionalmente o país, beneficiando o presidente brasileiro. Por outro lado, a Alemanha, que encontra incontáveis simpatizantes do Nazismo no sul, passa a comandar os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, “o que, na prática, faz com que a região se torne um ‘país’ independente do Rio de Janeiro (a então capital brasileira)” (NÓBREGA; SOUSA, 2016, p. 50), culminando na adoção das leis alemãs em solo brasileiro e na naturalização da ocupação nazista:

1 Uma das epígrafes do romance analisado.

2 O Brasil estava imerso no regime do Estado Novo, cujas características ditatoriais se aproximavam mais dos países que compunham o Eixo do que a democracia norte-americana. Embora o Brasil mantivesse relações comerciais com Estados Unidos e Alemanha, gradativamente Vargas se alinhou aos Aliados, principalmente após a assinatura do “acordo de Empréstimo e Arrendamento entre o Brasil e os Estados Unidos” (SILVA, 2004, p. 138) para a criação da Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

O Brasil também tem seus nazistas. Esse pensamento de pureza começou a se instalar aqui com os primeiros imigrantes. Não é algo recente. Eu tenho os meus nazistas. Sei que eles não são perigosos; são, isto sim, uma fonte de riqueza, um elemento de organização dos tumultos raciais em que íamos perigosamente nos perdendo. Deixemos que recriem o Brasil nas regiões em que são maioria. E aprendamos a lição de prosperidade com eles. Não temos nada a temer (SANCHES NETO, 2015, p. 83).

O excerto acima situa a nação brasileira no início do século passado: subordinada a países europeus, acreditando que a única forma possível de organização do Brasil seria por meio de práticas nazistas que destruiriam a mistura de raças tão intrínseca ao brasileiro. A eugenia, prática abominável de destruir ou de abandonar à própria sorte “os fracos” (o que inclui as raças não-arianas, os doentes, os miseráveis etc.), teve seus entusiastas mesmo entre a intelectualidade nacional do início do século.

Ao mesmo tempo, a permissão dada à Alemanha para a organização do suposto caos em que o país se encontrava, legitimando a incapacidade brasileira de se auto-gerir, era validada pelo discurso de que os “nossos nazistas” eram o caminho para a construção de um Brasil viável. Os comunicados radiofônicos veiculavam o posicionamento governamental, de modo a incutir na população a sensação de estar a par dos acontecimentos no país. Por meio desse canal de comunicação, muito popular na época, a presidência ratificava o ‘direito’ alemão de comandar suas colônias: “Nada mais natural que as colônias estrangeiras, que são o nosso progresso como nação, cultivem seus mitos e que nós, como governo, respeitemos as leis vigentes em seu país de origem” (SANCHES NETO, 2015, p. 83).

Linda Hutcheon (1991, p. 168) sentencia: “O passado realmente existiu, mas hoje só podemos ‘conhecer’ esse passado por meio de seus textos, e aí se situa seu vínculo com o literário”. Entretanto, a pertinência deste tipo de afirmação é discutível, pois a tradição oral também permite vislumbrar o passado. Mas a problematização da assertiva reside, também, no fato de que, durante muito tempo, o romance foi atacado por incutir nos homens paixões até então adormecidas, ao passo em que a razão, necessária para o entendimento e para o desenvolvimento humano, permanecia intocada (cf. CANDIDO, 1987). Se, por um lado, a relação entre história e literatura é inquestionável, por outro lado a separação a que foram submetidas parece perder fôlego ao se vislumbrar uma nova perspectiva acerca da história, isto é: as discussões artísticas, ao direcionarem suas atenções para o diferente, acabam por contestar o discurso histórico predominante e proferido por vozes dominantes. Neste viés, elencamos a literatura pós-colonial e a literatura de minorias, as quais costumemente subvertem verdades tidas como absolutas, por meio do olhar de sujeitos periféricos.

Na leitura de Jacomel e Silva (2009), Hayden White “concebe a história como uma espécie de ficção, um discurso narrativo em prosa que combina uma série de eventos presumivelmente ocorridos no passado” (JACOMEL; SILVA, 2009, p. 741), posto que a história abandona a noção de ciência exata - até mesmo por que o historiador, inconscientemente ou não, aplica aos eventos que historiciza sua subjetividade, pois todo sujeito é constituído ideologicamente e negar este pressuposto é, invariavelmente, também um posicionamento ideológico. A neutralidade do historiador é nula, na medida em que o mesmo se apresenta como um agente social, isto é, um espectador que está engajado com o que vê, ao mesmo tempo em que trabalha com fatos ou versões dele que pré-existem ao relato. O fato histórico possibilita leituras distintas e/ou reconstruções parciais, porquanto um agente social não é capaz de escrever a história global e/ou absoluta. Conjecturamos, dessa forma, que ao estabelecermos a relação entre o historiador enquanto sujeito dotado de subjetividade e o fato histórico em si, o que se tem dos relatos dos fatos é um recorte dos acontecimentos com forte marca de um indivíduo, ou pequeno grupo de indivíduos, que tenta organizar esse relato.

Ao considerar que a ideia de verdade, no século XVIII na cultura ocidental, era primordialmente associada a Deus, e que, no século seguinte, com os avanços científico-tecnológicos, a mesma

passa a centrar-se naquilo que poderia ser comprovado empiricamente, percebemos que o posicionamento ideológico dominante alicerça(va) as práticas culturais e sociais. A literatura, conseqüentemente, buscava representar esses momentos pela visão dominante. Para tanto, basta que voltemos nossa atenção para a literatura Realista do século XIX, a qual se propunha como um retrato fiel, porém crítico, da sociedade burguesa, julgando diminuir ou eliminar a ambigüidade. Percebe-se, então, que os fatos históricos se isolam no momento em que acontecem, enquanto o que se perpetua são as versões relatadas, geralmente, pela ótica do detentor do poder. Isso tende a excluir possibilidades de oposição aos interesses abalizados pelo poder hegemônico. Portanto, a história, em uma perspectiva pós-moderna, não se constituiria em uma narrativa homogênea, mas sim de múltiplas visões, cujas vozes dissonantes precisam ser resgatadas para compor o mosaico necessário para se aproximar da verdade histórica.

Ao tratar do conceito de metaficção historiográfica, Hutcheon (1991) postula a (re)escrita do passado por meio de duas características não auto-excludentes, quais sejam, a voz dada ao sujeito periférico e a criação de um passado alternativo para acontecimentos históricos. O papel da metaficção historiográfica, então, consistiria em “contrastar essa visão da parte dominante com a visão dos subjugados, ressaltando o caráter narrativo da história” (JACOMEL; SILVA, 2009, p. 741). O subgênero apresentado pela canadense (1991, p. 158) “demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada, e, nesse processo, consegue ampliar o debate sobre as implicações ideológicas da conjunção foucaultiana entre poder e conhecimento”. Os limites entre ficção e história na pós-modernidade são debatidos por não serem nítidos e por estabelecerem constante diálogo, de modo que tanto a metaficção historiográfica vincula-se à história quanto esta se ancora na estrutura da ficção com que é construída:

Apesar de insistirem em seu *status* ficcional, as metaficções historiográficas estão incluídas no discurso histórico, pois não se aproximam da História de modo ingênuo, mas criam um tipo contraditório de paródia séria e cômica, que dá margem para essa dupla contradição: de serem ficções, porém de revisores do passado e, por isso, marcarem formalmente o discurso histórico (literário e da História) (CONRADO, 2018, p. 69).

O subgênero apresentado por Hutcheon, entretanto, só consegue alcançar seu propósito se tivermos em mente alguns dos expedientes que o escritor pode utilizar na construção da diegese: a paródia, a intertextualidade e a ironia. Sobre a primeira, a autora afirma não funcionar como obliteração do passado, mas antes como um movimento paradoxal de aproximação e de distanciamento do discurso central, constituindo-se como “uma das principais maneiras pelas quais as mulheres e outros ex-cêntricos usam e abusam, estabelecem e depois desafiam as tradições masculinas na arte” (HUTCHEON, 1991, p. 175). A intertextualidade é apresentada como possibilidade de o leitor identificar a contestação do discurso histórico e, sincronicamente, alavancar a relação entre leitor e texto. Por fim, a ironia deve, neste contexto, ser visualizada como algo presente nas relações dialógicas, sempre em movimento e contextualizada.

No tocante aos aspectos narratológicos, Hutcheon chama a atenção para o fato de que, no subgênero analisado, problematiza-se “toda a noção de subjetividade: os múltiplos pontos de vista [...] ou um narrador declaradamente onipotente” (1991, p. 156). Dessa forma, a onipotência do narrador é constantemente posta em xeque, por se tratar unicamente de um posicionamento do mesmo frente aos acontecimentos, de modo que o narrador, assim como o historiador, imprime subjetividade no conteúdo narrado. No romance *A Segunda Pátria*, em decorrência do narrador heterodiegético e onisciente, temos conhecimento do que os personagens estão passando e sentindo; destarte, ao delimitar a focalização nos personagens periféricos, dá-se relevo à visão dos mesmos em relação aos acontecimentos que compõem a história oficial.

A narrativa é construída de forma não linear e apresenta a trajetória de dois personagens periféricos: Trajano Ventura/Adolpho e Hertha, os quais transitam entre a adoção e a recusa do

movimento nazista no Brasil, dialogando com o posicionamento oscilante de Getúlio Vargas. A não linearidade é instaurada não somente pela alternância de datas na divisão estrutural do romance, mas também pelos capítulos que compõem cada parte, ou seja: em cada divisão, os capítulos avançam e recuam no tempo, projetando um mosaico óptico da narrativa a partir da focalização nos protagonistas.

A primeira parte, intitulada “Neger, 1940”, traz o movimento cíclico de retorno e de partida de Ventura de sua negritude, apresentando ao leitor a trajetória do menino prodígio, anulada por sua afrodescendência. O recuo no tempo proposto na parte subsequente, “Wolfsschlucht, 1938”, faz alusão aos dois quartéis-generais de Hitler, localizados na Bélgica e na França, ao mesmo tempo em que remete ao vocábulo “Wolf” (Lobo), cujo significado Hitler acreditava ser “a forma germânica primitiva de Adolf e que correspondia à sua representação do mundo como uma selva; e inculcava, ademais, uma ideia de força, de agressividade, de solidão” (FEST, 2017, n. p.).

A parte seguinte, que narra os acontecimentos da vida dos personagens periféricos no ano de 1941, reforça a ideia de lobo no título (“A teoria do lobo”) e na explicação dada pelo doutor Hans Neubert, ao dizer que “os nazistas usam a eugenia para encontrar no cão de hoje o lobo ancestral” (SANCHES NETO, 2015, p. 223). O cão seria o ser desprezível e pacífico, enquanto o lobo é superior, reforçando a necessidade do uso da violência para alcançar os objetivos da nação. Os eventos que compõem a última parte do romance (ano de 1941) recebem o título de “Kanibalen”, remetendo ao vocábulo ‘canibais’, narram o desfecho trágico dos protagonistas, ambos devorados, cada qual à sua maneira, pelo ódio ao diferente.

Ainda que os gêneros história e ficção tenham por semelhanças “a seleção, a organização, a diegese, a anedota, o ritmo temporal e a elaboração da trama” (VEYNE *apud* HUTCHEON, 1991, p. 148), a ordem discursiva a que pertencem são distintas, pois enquanto a primeira se ocupa da verificação e da organização dos fatos passados, a literatura constitui-se como discurso independente de verificação factual, na medida em que se ocupa, exclusivamente, da verossimilhança. Contudo, Linda Hutcheon, em *Poética do Pós-Modernismo* (1987), postula que a “ficção pós-moderna sugere que reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (1991, p. 147).

É comum encontrarmos confusões conceituais entre o romance histórico tradicional e a metaficção historiográfica nos termos apresentados por Hutcheon. A diferença entre os subgêneros, conforme Jacomel e Silva (2009), reside na “auto-reflexão causada pelo questionamento das ‘verdades históricas’” (p. 740). Portanto, a leitura que se apresenta por meio da metaficção historiográfica constitui-se, simultaneamente, pela recuperação e pela recusa da história oficial. Já o romance histórico em geral propende a não subverter essa história ou a criar verdades paralelas. O que se tem nele é um respeito com o passado, no qual a versão oficial ocupa papel fundamental dentro da narrativa e cujo protagonista, geralmente, não existe na história oficial. Nas palavras de Hutcheon: “a ficção histórica [...] segue o modelo da historiografia até o ponto em que é motivado e posto em funcionamento por uma noção de história como força modeladora” (1991, p. 151).

“Não consigo decidir se isto é uma história”³

Na esteira de autores como José Saramago (*Memorial do Convento*, 1982). Ana Maria Machado (*Tropical Sol da Liberdade*, 1988), e Ana Miranda (*Desmundo*, 1996), que revisitam a história oficial e apresentam variantes ficcionais, podemos destacar o paranaense Miguel Sanches Neto, que estreou no cenário literário brasileiro com a publicação do romance *Chove sobre minha infância* (2000) e que, desde então, ocupa posição de destaque no meio literário. Doutor em Teoria Literária pela Unicamp, atualmente (2020) exerce o cargo de reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná. Publicado em 2015, o romance *A segunda pátria, corpus* deste trabalho, apresenta ficcionalmente uma participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, caso Getúlio Vargas tivesse apoiado a Alemanha contra os Aliados, por meio da mescla de personagens históricos e ficcionais.

Personagem central no romance, Trajano é um jovem negro que foi apadrinhado por Julio

3 Trecho do romance *A resistência*, de Julián Fuks (2015, p. 25).

Schleder, patrão de João Ventura, seu pai, que, como forma de agradecê-lo, rebatizou o menino com o nome de Adolpho, em homenagem ao filho único do benfeitor morto na Primeira Guerra Mundial. Conforme salientam Nóbrega e Souza, a onomástica é sintomática, pois o novo nome do menino negro associa-se “com o do *Führer* nazista [...] [e] ressalta, já de início, o tom irônico, e também trágico, da narrativa” (2016, p. 50, grifo dos autores), ratificando o postulado de Hutcheon sobre a ironia ser elemento fundamental para a metaficção historiográfica. Contudo, para que se possa compreender a ironia no texto, é necessário que o leitor tenha conhecimento não só “do passado literário e histórico, mas também a percepção daquilo que foi feito – por intermédio da ironia – a esses vestígios” (HUTCHEON, 1991, p. 167). Dessa maneira, se um leitor empírico desavisado não for conhecedor, ainda que superficialmente, da historiografia em derredor da Segunda Guerra Mundial e do Nazismo, torna-se impossível reconhecer a ironia no texto de Sanches Neto.

Adolpho se destaca entre os colegas da escola alemã na qual fora matriculado pelo padrinho. Contudo, embora demonstre uma paixão desmedida pela cultura alemã, sobretudo pela língua, começa a sentir na e pela pele o quanto aquele mundo não é o seu. Ao graduar-se em engenharia no Rio de Janeiro, à custa de muito sacrifício, Ventura não demonstra qualquer sentimento de humildade. Pelo contrário, ao retornar para o Sul do país e assumir um cargo na prefeitura, trata a própria família como estranha e inferior, principalmente a mãe que “entrava na casa do filho como empregada, as roupas humildes e gastas, e se dirigia a ele como alguém superior. Ventura resmungava em alemão, recusando-se a demonstrações de intimidade” (SANCHES NETO, 2015, p. 15). O romancista cria uma personagem que tenta escapar da própria etnia via adoção sistemática da cultura do outro e identifica-se com os pressupostos arianos, ainda que seus traços físicos denunciem o contrário: “Antes de sair à rua, Ventura sempre passava um pouco de pó de arroz no rosto, para esmaecê-lo. Ele queria ser o mais branco possível, para destoar menos, e chegara mesmo a se imaginar ariano” (SANCHES NETO, 2015, p. 35). Durante sua estada na então capital brasileira, o protagonista do romance não só sonha em ser tratado por ‘*Herr Ventura*’⁴ como também se isola dos demais por não encontrar pessoas que julga serem do mesmo patamar que ele: “essa solidão só não era maior porque conseguia encontrar um ou outro descendente de alemão em viagem ou morando na capital federal” (SANCHES NETO, 2015, p. 14).

O tom irônico se faz presente principalmente pelo fato de o autor apresentar um homem negro que se identifica como alemão, ao passo que o ideário germânico consistia em evitar a mistura de raças, principalmente com a aprovação das Leis de Nuremberg, em setembro de 1935, as quais destituíam “os judeus da plena cidadania” (WILLMOTT, 2008, p. 28) e cujas posteriores ampliações alcançaram ciganos e negros, igualando-os aos judeus. O domínio e, conseqüentemente, as leis alemãs, são fato, de modo que, no sul do país, “os alemães já eram maioria e seguiam as Leis de Nuremberg, sem nenhuma oposição do governo do Brasil” (SANCHES NETO, 2015, p. 52).

Durante toda a narrativa, Ventura tem uma relação muito próxima com a língua alemã, principalmente por meio de sua vasta biblioteca, que mais tarde é confiscada. Por um lado, é perceptível a relação que se estabelece entre língua e pátria, evidenciada, inclusive, no título do romance, de modo que é a segunda língua do protagonista que lhe permite sonhar com uma segunda pátria da qual é, gradativamente, destituído. Por outro lado, a ação denota a ânsia de todo um povo em se adequar ao ideário em voga, não só pela adoção de língua e da arquitetura alemãs, mas também pela imposição do branqueamento como recusa de sua/s raça/s, sendo a miscigenação do brasileiro vista como prova de inferioridade.

Depois de perder todos os seus bens e de ter seu reconhecimento teutônico anulado, o personagem é escravizado em uma fazenda, com outros negros, para trabalhos braçais. Nesse espaço, Ventura finalmente se dá conta de quem é e a qual lugar pertence, pois o futuro para ele e seus companheiros de cor era o passado, a escravidão. Enquanto nos campos de concentração alemães buscava-se o extermínio dos prisioneiros, a fazenda na qual o protagonista é encarcerado objetivava “ver o sofrimento de cada um, dia após dia e por causa dessas algumas funções eram melhores que as outras, para que alguns continuassem motivados a continuarem vivos” (SILVA; GONÇALVES, 2016, p. 14). Destarte, para que não escapassem e pudessem ser identificados,

4 *Herr* em alemão é um pronome de tratamento: “senhor”, o que elucida a maneira como o personagem desejava ser tratado, isto é, não apenas com respeito, mas com formalidades na língua alemã que reiterariam sua posição privilegiada ante os demais.

tinham suas “cabeças raspadas, roupas de trabalho idênticas e uma suástica gravada a fogo na parte interna dos braços” (SANCHES NETO, 2015, p. 60), atrelando-os ao regime nazista.

Ironicamente, o protagonista só consegue compreender-se enquanto negro e brasileiro ao regressar para o lugar que outrora renegou. Sobre esse retorno ao início de tudo e o exílio identitário, Nóbrega e Souza (2016) postulam que “é nesse momento de mudez imposta, quando lhe tiram a possibilidade de expressão, principalmente da língua alemã que tanto estima, que Adolpho Ventura se descobre exilado de sua segunda pátria” (p. 53). A última parte do romance traz o regresso do personagem à sua ancestralidade, de forma que ele se enxerga e é chamado pelo narrador unicamente de Trajano, abandonando (ainda que não totalmente, pois é impossível apagar o passado) sua vida como Adolpho (NÓBREGA; SOUZA, 2016). Em decorrência da discreta participação brasileira no tocante à guerra e da miopia em relação ao sofrimento do outro, aliadas à fraca memória dos brasileiros para fatos cruéis como o regime nazista, na Europa, e a Ditadura, em solo nacional, os horrores presentes no romance aproximam e mostram ao leitor que ele poderia estar naquela situação, caso as decisões do mandatário da nação tivessem sido diferentes.

Ainda que houvesse ampla divulgação da perseguição aos negros que ocorria no sul do país, o governo usa os meios de comunicação para negar as acusações e subverter o discurso, de modo a incutir na população a ideia da *benesse* que eram a presença e os propósitos alemães:

O presidente do Brasil informa que os negros do Sul, sua região de origem, estão sendo muito bem tratados por instituições de ensino e de caridade, que os retiram das ruas e da vida viciosa, levando-os a atividades saudáveis. O que os difamadores como o senhor Abdias chamam de perseguição aos negros é um grande projeto de educação pelo trabalho que se inicia no Sul e deve chegar a todo o país (SANCHES NETO, 2015, p. 265).

Na esteira desse pensamento, fundado no ideal de branqueamento da população e resultando em ataques às práticas de reparação social, vê-se que, no romance, os governantes utilizam o poder para legitimar práticas escusas, sobretudo em relação às minorias. O diálogo entre João e Frida evidencia a discriminação racial existente: “[...] ninguém iria suportar um doutor negro. – Não há culpados – falou Frida. – Querem um país só pra eles. – Um país branco – emendou João” (SANCHES NETO, 2015, p. 86). Sobre as práticas governamentais em relação à população negra, Felipe e Teruya (2015, p. 118) esclarecem que, no século passado, “a substituição da mão de obra negra pela branca imigrante e o incentivo à miscigenação, foram estratégias encontradas para ‘melhorar’ gradativamente a população que compunha a nação brasileira”. Ou seja, o ideal de branqueamento não é inventado pelo ficcionista.

Dessa maneira, torna-se evidente que a manipulação de massa acontece nos mais diversos níveis, encontrando frequentemente respaldo em instituições que deveriam promover a igualdade e lutar contra todo e qualquer tipo de discriminação. Todavia, como podemos observar no excerto acima, ainda que a violência racial seja denunciada, a maneira perversa da construção discursiva camufla os atos violentos em educação e em construção de um novo país e, assim, é validada por aqueles que não sentem a discriminação na própria pele, afinal “– Eles têm coragem de fazer o que muitos sonham” (SANCHES NETO, 2015, p. 86).

O fim trágico de Ventura, morto por soldados americanos, ressalta o tom irônico com que o personagem é construído, pois “Hitler tinha criado a crença no uniforme. Era a pele social” (SANCHES NETO, 2015, p. 189). Fugir da fazenda com trajes alemães é o que permite que os estadunidenses, durante invasão ao Brasil, matem os negros. Se Adolpho criara para si uma ‘pele social’ pela língua e dela foi destituído, sepultando sua identidade alemã, regressando às suas origens de homem negro e brasileiro, para Trajano é o uniforme alemão que traz a morte corpórea, elucidando que, em ambos os casos, a adoção daquilo que não se é culmina no fim do indivíduo. Na esteira desse trágico fim, o narrador destaca, uma vez mais, como muitas vezes a história pode ser distorcida, reforçando a ideia outrora discutida de que os fatos ficam no passado e que o que se perpetua são os relatos, pois, após a queda de Hitler, as fotos feitas pelo exército brasileiro “seriam usadas para

mostrar, numa tentativa de inocentá-los, que o nazismo não era nada daquilo que imaginavam, que no Brasil havia inclusive um batalhão de negros que lutavam para defender o Führer e suas ideias” (SANCHES NETO, 2015, p. 304).

A visita de Hitler ao Brasil não traz resultados somente econômicos e diplomáticos para Vargas: ela também inscreve profundas marcas em toda a população, metonimicamente representada por Hertha, uma jovem brasileira de origem alemã, que corresponde a todo ideário ariano e que participa da Juventude Teuto-Brasileira, desejando que as colônias alemãs dominem o território nacional. Contudo, sua participação era motivada principalmente pelos desejos de sair da inércia e de não se sentir diferente, de modo que “agia e pensava como todos e até defendia ideias que, ao se distanciar daquele ambiente, não tinham grande valor para ela” (SANCHES NETO, 2015, p. 110).

É justamente essa inserção e alienação (in)voluntária que permitem à personagem viajar “à Alemanha para conhecer de perto o III Reich e ver o tabu da virgindade ser substituído na prática pela doutrinação em torno da grandiosa missão feminina de povoar o mundo com seres de raça ‘pura’ e ‘superior’” (DUARTE, 2015, p. 94). A protagonista é objetificada pela ótica alemã durante todo o romance, isto é, nas palavras do narrador: “o valor da mulher, que traz em seu útero o país de amanhã, e também a importância de manter-se sempre saudável, pois elas eram a Nação” (SANCHES NETO, 2015, p. 121).

A jovem pianista é uma mulher dotada de liberdade sexual, tendo tido contato íntimo com homens e mulheres durante toda a vida. Contudo, ainda que goze da liberdade, Hertha sente-se sozinha: “Era uma solidão estranha a sua, repleta de seguidores” (SANCHES NETO, 2015, p. 102). Conforme esclarecem Nóbrega e Souza (2016, p. 55) “ser alemã é a sorte e a miséria de Hertha. É isso que a livra do ódio racial que seus pares destilam contra outras etnias, mas é também o que a transforma em outro tipo de vítima, a do machismo que claramente integra a doutrina nazista”. É nesse contexto que a protagonista, por intermédio de líderes do governo, é convidada a tocar piano em Porto Alegre, em razão da presença do presidente do Brasil, mas, na verdade, o objetivo final do convite era levá-la a deitar-se com Hitler que, secretamente, estava no país. Antes, ela é submetida a todo tipo de exames médicos, pois seria inaceitável qualquer imperfeição na mulher que manteria relações sexuais com o representante de toda a pureza. Ter dormido com Hitler e com outros alemães faz com que Hertha acredite ter contribuído com o massacre nazista em solo brasileiro: “Como havia se entregado a Hitler, tudo que ele fazia, a cada novo ataque, quando ele invadia um país, matando gente, era responsabilidade dela. [...] Sair com Julius era matar pessoas. Aceitar a sua mão para descer do carro era aprisionar inocentes” (SANCHES NETO, 2015, p. 188).

Os caminhos de Hertha e Ventura se cruzam ainda na infância, por estudarem na mesma escola, o que potencializa a aproximação e a paixão que os envolve. Contudo, “ela sabia que aquele amor seria trágico” (SANCHES NETO, 2015, p. 293), o que não a impede de se relacionar e de engravidar do jovem negro quando todas “as suas amigas, seus familiares [...] falavam sobre a obrigação de não se misturar” (SANCHES NETO, 2015, p. 296). Fruto desse amor que nasce na infância, os protagonistas têm um filho que lhe é negado durante todo o romance e é retratado como o produto de tudo que o nazismo se propunha a extirpar, isto é, a mistura de raças. A impossibilidade de permanecer com a criança, ironicamente concebida “entre os túmulos do cemitério” (SANCHES NETO, 2015, p. 191), leva Ventura a deixá-lo com os pais, não sem antes perceber a discriminação daqueles que outrora idolatrara por seu filho: “Tal como se aproximara, o soldado se distanciou. Ventura não esboçou qualquer reação. O cuspe encatarrado, com forte cheiro de cerveja, tinha atingido o rosto do bebê, que continuava quieto, hipnotizado” (SANCHES NETO, 2015, p. 17). O ódio não é pelos negros, os quais, na visão nazista já eram inferiores por si só, mas pela audácia de misturar-se com os brancos: “– Lá vai o negro com sua trouxa de roupa suja. Tudo estava limpo. A trouxa de roupa suja era a criança” (SANCHES NETO, 2015, p. 41). Conforme explicitam Nóbrega e Souza (2016):

Essa criança, mais que um personagem na trama, é um símbolo. Em sua pele escura e seus olhos claros, é possível vislumbrar dois relatos distintos dos quais a narrativa jamais perde o foco: a história do próprio povo brasileiro, fruto da

miscigenação, coincidente com a história que os nazistas queriam apagar em seu próprio meio, condenando entre seus pares essa mistura genética, em nome da “purificação da raça ariana” (p. 54).

O fato de Hertha ter ido dar à luz ao filho no Rio de Janeiro levanta a suspeita de que o filho poderia ser de Hitler, o que leva os nazistas a persegui-la e a violentá-la com o cano de uma pistola, na ânsia de descobrir onde a criança está para assassiná-la, pois, conforme Bruno sentencia: “– Um homem igual a ele não pode ter filho. Já é o pai de uma nação que está muito além das suas fronteiras. E se algo desse errado, ele teria que eliminar a prole” (SANCHES NETO, 2015, p. 216).

O retorno da pianista a Blumenau e seu comportamento estranho criam uma imagem de loucura, por ela vagar durante o dia todo na cidade e ter pesadelos à noite envolvendo a figura do *Führer*, mas, principalmente, por estar sempre com o mesmo vestido, o que provoca comentários na cidade de que Hertha, outrora conhecida pela beleza e pela indumentária de luxo, enlouqueceu e tornou-se uma mendiga. Da mesma forma que o uniforme representa todo o orgulho alemão e acaba por permitir a morte de Trajano, a vestimenta da moça também é sintomática, sobretudo após ter se separado do filho. Estar com o mesmo vestido utilizado na última vez em que se deitou com Ventura representa a sua estagnação no passado e o desejo de novamente encontrá-lo para, então, trocar sua indumentária, pois “trocar de roupa era acreditar no futuro” (SANCHES NETO, 2015, p. 310). Contudo, o futuro para a personagem não existe. Após o declínio do domínio alemão no Brasil, Hertha é presa e torturada “naquilo que até dias antes era uma sala de aula. Nunca consegui sair desta escola, ela pensou, enquanto a porta se fechava” (SANCHES NETO, 2015, p. 311).

Tanto Trajano quanto Hertha, enquanto protagonistas do romance, não se configuram como personagens-tipo representando a coletividade no herói, aspecto que reforça o posicionamento de Hutcheon de que na metaficção historiográfica, “o ‘tipo’ tem poucas funções, exceto como algo a ser atacado com ironia” (1991, p. 151). Isto de fato acontece, pois, ironicamente, Sanches Neto apresenta-nos heróis humanizados e periféricos, ao passo que a sobrevivência de Erundina e João Ventura, pais de Trajano, representa, nos primeiros, a permanência do discurso histórico acerca de seus ancestrais escravizados. Por outro lado, o filho mestiço, fruto do amor proibido, “representa o fracasso de uma ideia expressa por esse discurso de ódio contra o Outro. Uma ideia socialmente danosa e repulsiva de um ponto de vista humanista, que, vinda de fora, encontra na sociedade brasileira um espantoso acolhimento” (NÓBREGA; SOUZA, 2016, p. 56).

É no encontro entre os governantes de Brasil e Alemanha que a história oficial parece encontrar maior subversão, pois, conforme explicita Duarte (2015, p. 93), “se no discurso da história, o III Reich restringiu-se à Alemanha e aos territórios por ela invadidos, na ficção de Sanches Neto a guerra chega ao Brasil”. Os livros de história são categóricos ao afirmar que Hitler jamais pisou em solo brasileiro; contudo, Sanches Neto apresenta ao leitor, por meio de inúmeros personagens, o encontro entre Vargas e o ditador nazista, que buscava expandir seu poder econômico e político. Um exemplo é a indagação de Karl à sobrinha: “– Você esteve em Porto Alegre quando Hitler veio comprar o Getúlio” (SANCHES NETO, 2015, p. 204), mas, principalmente, nas palavras do narrador: “Encontraram-se atrás da mesa, apertaram as mãos longamente para que os fotógrafos, convocados de última hora, pudessem registrar a primeira visita do chefe supremo do nazismo à América” (SANCHES NETO, 2015, p. 146).

Segundo os manuais de história brasileira, Vargas teria se suicidado em agosto de 1954 após grande pressão de grupos opositores no Congresso Nacional, em consonância com a rejeição por parte de grupos empresariais que não aceitavam sua governança. Silva (2004a, p. 133) assegura que, após o suicídio de Vargas, “toda uma literatura começou a se escrever e não parece haver esgotado o assunto”, visto a importância do ex-presidente para o desenvolvimento econômico brasileiro e para os trabalhadores. Ainda que seu posicionamento tenha sido o resultado de vários movimentos populares/sindicais que o pressionaram a criar as supracitadas leis, o tê-las promulgado rendeu à Vargas a alcunha de ‘pai dos pobres’.

Inúmeras consequências podem ser elencadas a partir do suicídio de Vargas, entre elas a eleição de Juscelino Kubitschek que, conforme assegura Ferreira (2006, p. 2), foi influenciada pela carta-testamento deixada por Getúlio. JK teria mantido a aliança política com o então Presidente

da República e, após a morte deste, utilizado práticas legitimadas por Getúlio em seu programa de governo o que, sem sombra de dúvidas, teria impulsionado o desenvolvimento e o cumprimento do *slogan* “50 anos em 5”. Por outro lado, discussões sobre a autenticidade da carta-testamento e sobre a sua inscrição na história como vítima de poderosos interessados em saquear o país são profícuas e despertam o interesse de historiadores e romancistas que se valem da escrita para problematizar a história.

O autoaniquilamento de Vargas, em consonância com a carta-testamento que elucidava os motivos que o levaram a tal decisão (SILVA, 2004a), entre eles a acusação de que seus opositores o perseguiam por defender os pobres, elevou a figura do presidente a um nível heroico no imaginário nacional (desconsiderando, inclusive, o seu papel ditatorial no Estado Novo), pois sugeriam a preferência pelo povo brasileiro em detrimento de interesses próprios. Acerca do suicídio como um ato de heroísmo, Catelão (2014, p. 15) postula “que o indivíduo busca consolidar sua imagem, fazer parte da lembrança por seu ato ‘heróico’, perpetuar a essência de seu ato”, o que sem dúvidas Getúlio Vargas conseguiu, pois até hoje se discute sobre essa personalidade da história brasileira, ratificando o que o próprio Getúlio sentenciou: “saio da vida para entrar na História” (SILVA, 2004a, p. 136).

No Brasil que poderia ter sido, o presidente é assassinado treze anos antes do que a historiografia brasileira registra como o de seu fim, por seu amigo e confidente Gregório que, por ser negro, fora proibido de aparecer em público por determinação nazista e com anuência de Vargas. Sentindo-se desprezado e cúmplice de tudo o que está acontecendo com os seus irmãos de raça, além de ser incitado por Oswaldo Aranha (que, diferentemente do que a história oficial postula, se afasta de Getúlio) o Gregório Fortunato ficcional assassina Vargas:

[...] pegou o travesseiro e o apertou firmemente sobre sua cara, com as duas mãos, sufocando sua respiração. Foram um poucos minutos. No começo, Getúlio esperneou, em seguida foi relaxando a musculatura. Gregório continuou prendendo o travesseiro, fazendo cada vez menos força, até que sentiu inerte o corpo. Descobriu o rosto dele e fechou seus olhos. Arrumou a sua boca e colocou de volta o travesseiro sob a cabeça, verificando se não tinha deixado nenhuma marca no corpo (SANCHES NETO, 2015, p. 287-8).

Ao lançarmos luzes no que diz o narrador acerca da morte de Getúlio, é notória a manipulação da informação: “Ao ser encontrado morto na manhã seguinte, o país ficou pasmo com o ar pacificado do presidente, que morreu dormindo, segundo a versão oficial” (p. 288). É visível a dupla alteração do discurso oficial. Primeiro porque, fora do romance, Getúlio Vargas suicidou-se em 1954 e não morreu dormindo como a imprensa, segundo o romance, noticiou na manhã seguinte. Segundo, porque a subversão dentro da própria narrativa é aparente, uma vez que Vargas é assassinado pelo amigo, mas a morte é noticiada como natural. Obviamente a subversão interna da narrativa está atrelada à trama envolvendo Gregório e, assim, faz parte do enredo; todavia salta aos olhos a alteração do discurso histórico, o que lança luzes, uma vez mais, às discussões sobre discurso dominante e subjetividade historiográfica.

O tom irônico e paródico presente no romance evidencia a subversão proposta na narrativa, sobretudo se levarmos em consideração que, conforme consta na carta-testamento deixada por Getúlio, o presidente alega sofrer boicotes e perseguições que o impediam de continuar a defender o povo, sobretudo os mais pobres (SILVA, 2004a). O mesmo não acontece no texto de Sanches Neto, no qual, mesmo que coagido pelas forças alemãs, o presidente permite ações que inferiorizam a população negra sob pretexto educacional e a reduz à escravidão, pois, conforme noticiado no programa radiofônico Momento Alemão: “qualquer um que queira o triunfo germânico sabe que negros, índios, mestiços e judeus são figuras traiçoeiras” (SANCHES NETO, 2015, p. 226). Ressalta-se a ironia flagrante no excerto, pois a tentativa de extirpar (ainda que apenas do sul do Brasil, inicialmente) negros e mestiços se choca com a constituição majoritária da população brasileira.

Uma (possível) última palavra

A impossibilidade de definição acerca da existência ou não do pós-modernismo na literatura baliza-se pelo viés teórico-metodológico adotado. Se por um lado, encontramos autores que afirmam a inexistência do movimento, como BERMAN (1982), que o caracteriza como uma visão acrítica do modernismo, por outro há problematizações pertinentes sobre o movimento literário em questão. Em comum, todos parecem convergir para o fato de que o mundo da pós-modernidade necessita reflexões sobre a arte que dela surge. Na esteira deste pensamento, propusemos discutir o subgênero decorrente do pós-modernismo hutcheoniano, com vistas ao romance contemporâneo de Miguel Sanches Neto.

O autor apresenta a história do que poderia ter ocorrido num passado alternativo, valendo-se das principais características que Hutcheon aponta como definidoras da metaficção historiográfica. Não se trata unicamente do que poderia ter sido, mas, justamente, dos ecos sobre o futuro projetado por esse passado ficcional. O que teria sido do Brasil se tivéssemos feito aliança com Hitler? Seríamos essa mesma sociedade desigual em que estamos vivendo ou tudo poderia ser melhor/pior? O papel da metaficção historiográfica é justamente levar o leitor à reflexão e ao questionamento das verdades instaladas como absolutas.

Desconsiderada a relação entre história e ficção, conforme defende Duarte (2015, p. 96), o texto de Sanches Neto (re)visita o passado “e o que se pensava cicatrizado, morto e sepultado [...] retorna em formato de delírio, para destacar não apenas os lobos dos tempos das trevas, mas também uma humanidade que resiste e se recusa a embrutecer”. Tanto Hertha quanto Ventura representam homens negros e mulheres, sujeitos marginalizados desde a nossa recente história, que buscam seus lugares e identidades por meio de acertos e erros. A criança sobrevivente desse amor que desafia seu tempo é o símbolo da mistura que os nazistas queriam exterminar.

Por fim, corroboramos com a assertiva de Nóbrega e Souza (2016, p. 57) sobre o fato de que o romance “acentua os contornos deste Brasil que ainda tenta manter-se não percebido, e o torna incomodamente visível para todos” e, assim, expõe as mazelas sociais a que durante tanto tempo ficamos submetidos e que resistem na contemporaneidade. Podemos afirmar que o romance de Sanches Neto é metaficção historiográfica justamente porque, por meio da ironia e da paródia, retoma pontos importantes da historiografia brasileira e apresenta possibilidades e questionamentos para o que a história registrou.

Referências

BERMAN, MI. Introdução. Modernidade ontem, hoje e amanhã. In: BERMAN, Marshall, **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15-35.

CANDIDO, A. A timidez do romance. In: CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. Editora Ática: São Paulo, 1989, p. 82-99.

CATELÃO, E. de M. Revelando motivos: análise retórica da carta-testamento de Getúlio Vargas. **Revista Letras**, Curitiba, v. 16, n. 19, jul/dez. 2014, p. 1-22.

CONRADO, I. S. Ironia, paródia e metaficção historiográfica em *Memorial do convento*, de José Saramago. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, 10(1), Jan.–Jun./2018, p. 66-92.

DUARTE, E. de A. Resenha/Review: Miguel Sanches Neto. *A segunda pátria*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 314 p. **Revista de Literatura Brasileira**. Rio Grande do Sul. v. 28, n. 51 2015, p. 93-97.

FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. A educação da população negra brasileira na formação da identidade nacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 64, p. 111-133, set 2015.

FERREIRA, M. de M. **Getúlio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2006. 16f.

FEST, J. **Hitler**. [recurso eletrônico]: volumes 1 e 2; tradução Analúcia Teixeira Ribeiro... [et al.]. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JACOMEL, M. C. W.; SILVA, M. C. Discurso histórico e discurso literário o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. In: CIELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 740-748.

NETO, M. S. **A Segunda Pátria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

NÓBREGA, E. M. de M.; SOUSA, T. da C. P. O país invisível: uma análise do universo distópico de *A segunda pátria*, de Miguel Sanches Neto. **e-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU**. Nilópolis, v. 7, n. 3, set-dez, 2016. p. 44-58.

SILVA, C. R. da; GONÇALVES, A. Perspectivas de vida no campo de concentração de Auschwitz. **Revista Húmus**, v. 6, n. 16, 2016.p. 11-30.

SILVA, H. **Alemães atacam navios brasileiros 1939/1942**. História da República Brasileira, volume 11. 3. ed. São Paulo: Editora Três: Editora Brasil 21, 2004.

SILVA, H. **O suicídio de Getúlio Vargas 1951/1954**. História da República Brasileira, volume 14. 3. ed. São Paulo: Editora Três: Editora Brasil 21, 2004a.

WILLMOTT, H. P. **Segunda Guerra Mundial**. Introdução de Richard Overy; com colaboração de Michael Barrett, [et. al]; tradução de Ricardo Aníbal Rosenbusch, Alexandre Tuche. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2008.

Recebido em 19 de junho de 202.
Aceito em 12 de janeiro de 2022.